

## **O Estado de S. Paulo – 23/11/2011**

### **Medida engaveta uma Belo Monte em térmicas**

De prioritárias no final da década de 90, as termoelétricas movidas a gás natural foram colocadas em segundo plano no Brasil. Medida considerada um contrassenso num país altamente dependente das condições climáticas. "Mais de 80% da matriz brasileira é baseada em hidreletricidade. É indispensável ter uma complementação térmica para dar segurança ao sistema", avalia o presidente do **Instituto Acende Brasil, Claudio Sales.**

Na avaliação dele, é grave o fato de o País não ter gás para gerar energia térmica, especialmente num momento em que o governo opta pelas usinas a fio d'água, sem reservatório. A Hidrelétrica de Belo Monte, por exemplo, é uma delas. A usina terá capacidade de 11.233 MW, mas vai gerar 4.571 MW médios. No período chuvoso, ela produzirá a capacidade máxima. Mas, na seca, terá uma redução drástica. É neste momento que as térmicas são acionadas para complementar a geração do País.

Com a decisão da Petrobrás de não fornecer combustível, 34 projetos deverão ser engavetados. Juntas elas produziram o equivalente às usinas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, ou a Belo Monte. Além disso, a exclusão dessas unidades deve esvaziar o leilão de dezembro, que também tem problemas com hidrelétricas sem licenciamento ambiental. Dos dez projetos, apenas três têm licença prévia. "Será um leilão de ventos", diz o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires. Foram cadastrados 296 parques eólicos e 14 usinas de biomassa. Para especialistas, embora sejam renováveis, as eólicas também dependem de condições climáticas.

A preocupação de Pires é que, no final, o País tenha de optar pelas térmicas a óleo, poluentes e caras, como ocorreu há alguns anos. A falta de gás não é um problema novo. Em 2006, a Petrobrás teve problemas graves e não conseguiu fornecer gás para as usinas.

Para cumprir alguns contratos, ela chegou a desligar o gás de grandes indústrias, que tiveram de parar a produção. A situação foi contornada com a entrada em operação de usinas a óleo. E quem pagou a conta foi o consumidor.